



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Relatório de movimentação de Depósitos Judiciais - Lei Complementar n.151/2015

Situação em 31-12-2022

Entidade	Saldo dos depósitos (100%)*	Valor Acumulado com o ente da federação (70%)*	Saldo do Fundo de Reserva*	% do Fundo de Reserva
Estado de Santa Catarina – Leis ns. 10.482/02 e 11.429/06 e LC n. 151/15	359.677.067,01	274.398.968,44	89.781.265,40	24,96%
Município de Araranguá	4.912.083,06	3.438.458,11	1.608.017,34	32,74%
Município de Balneário Camboriú	30.784.008,75	21.548.805,49	9.486.008,55	30,81%
Município de Blumenau	46.599.681,00	32.781.386,40	14.732.939,70	31,62%
Município de Campos Novos	33.616.190,67	23.531.333,47	10.579.906,41	31,47%
Município de Chapecó	12.029.152,93	8.952.600,21	3.783.264,57	31,45%
Município de Criciúma	1.029.741,34	762.406,12	343.644,69	33,37%
Município de Florianópolis	10.505.107,68	7.356.704,23	3.704.877,19	35,27%
Município de Imbituba	721.187,75	504.831,38	160.371,09	22,24%
Município de Indaial	33.331,82	23.332,28	11.070,54	33,21%
Município de Joinville	8.673.591,38	6.071.513,69	2.795.359,30	32,23%
Município de Lages	1.429.963,20	1.000.974,43	501.480,00	35,07%
Total	510.011.106,59	380.371.314,25	137.488.204,78	

Fonte: Sistema de Gestão de Depósitos Judiciais - SIDEJUD

*Atualizado pela caderneta de poupança pro rata die.

(*) Conforme decisão do Gabinete da Presidência de 30/7/19 no processo administrativo SEI n. 0014579-50.2019.8.24.0710, os saldos dos fundos de reserva do Estado de SC referentes às leis n. 10.482/2002 e n. 11.429/2006 e lei complementar n. 151/20152 foram unificados.